

OS ENTRAVES DA CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA

Sidney Dumas Belculfiné¹, Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira²

¹ Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - FCSA - Universidade do Vale do Paraíba - Av. Shishima Hifumi, 2911 Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos - SP - Brasil - sidneydumas@bol.com.br.

² Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - Universidade do Vale do Paraíba – Professor Assistente Doutor - Av. Shishima Hifumi, 2911 Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos - SP - Brasil - edsonaaqo@universiabrasil.net.

Resumo - Este trabalho mostra que dentre os muitos vícios do sistema tributário brasileiro, um dos piores é a fantástica insegurança a que está sujeito o contribuinte, seja ele uma grande empresa ou um cidadão comum. Como as regras tributárias mudam todo instante, ora com mudanças nas alíquotas, ninguém sabe ao certo quanto tem que pagar ao Fisco. Se as mudanças que ocorrem servissem para aliviar o peso dos tributos, a questão seria menos grave. Mas nove entre dez alterações buscam exatamente ao contrário – uma maneira de arrecadar uma fatia adicional cada vez maior da renda da população brasileira, já bastante penalizada com a desorganização pública.

Palavras-chave: Carga Tributária, Sistema Tributário, Sonegação, Sistema Financeiro.

Área do Conhecimento: VI Ciências Sociais Aplicadas.

Introdução

No sistema vigente, a carga tributária é mal distribuída: é regressiva, isto é, paga proporcional mais quem ganha menos. Estudos feitos por especialistas na área revelam que os mais pobres (até 3 SM) pagam mais de 30% de seus ganhos em tributos, enquanto que os mais ricos (acima de 100 SM) pagam apenas em torno de 15% de tributos sobre os seus ganhos mensais. Isso acontece porque no atual sistema tributário brasileiro, ainda predominam os impostos indiretos (IPI, ICMS, PIS, COFINS) que todos pagam, pois o imposto está embutido no preço dos produtos por ocasião da compra, e os mais pobres gastam em consumo de bens essenciais quase tudo que ganham. Por outro lado, o imposto direto – o Imposto de Renda – nem sempre é pago integralmente pelo contribuinte, tantas são as formas de burlar a tributação e o fisco. Exceto os assalariados, cujo imposto é descontado na fonte.

Nos países organizados, com um sistema tributário coerente, a carga tributária é progressiva (paga proporcionalmente mais, quem ganha mais). E o Brasil precisa caminhar nessa direção (Brum, 2003, p.462). [1]

A tendência é de majoração se continuar usando como solução para aumentar a receita federal em criação de impostos, ou aumentar as alíquotas dos que estão em vigor. Não é solução, pois já sabemos que quanto mais se cria, mais haverá formas de se burlar os impostos.

Como nos mostra a curva de Laffer (Gráfico 1), que é uma relação entre a alíquota do imposto e a receita tributária. De acordo com Laffer, para uma alíquota de 0%, a receita será obviamente zero, mas também será de zero se a alíquota for de 100%, pois, neste caso ninguém

seria suficiente ingênuo de gerar renda e/ou declará-la, sendo assim, teria de recolhê-la totalmente como imposto. O imposto é pago sem sonegação, se a alíquota for suficientemente baixa, mas tende a ser sonegado à taxa decrescente, à medida que a alíquota aumenta. Portanto, haverá um ponto ótimo de alíquota que gerará receita tributária máxima. Paradoxalmente, quando o ponto ótimo é ultrapassado, a receita pode ser aumentada mediante redução de alíquota (Leite, 2000, p.529). [2]

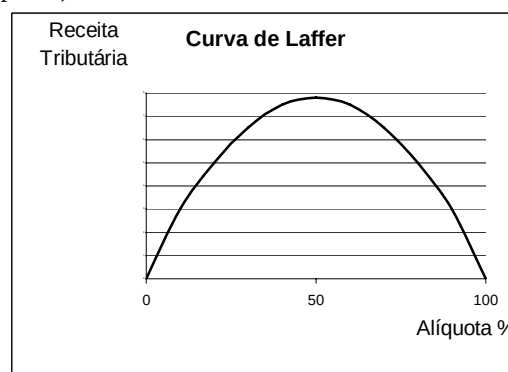


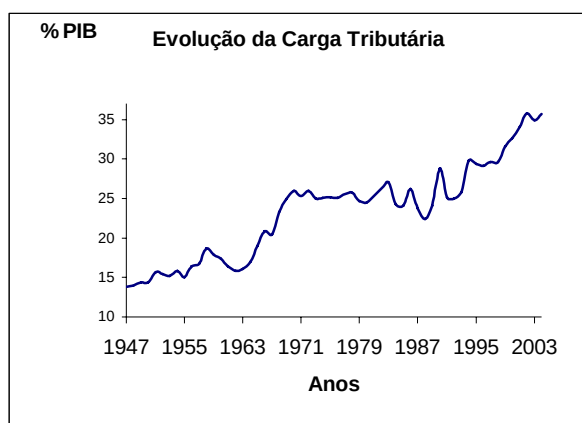
Gráfico 1. Curva de Laffer

A solução estaria nas reformas tributária, fiscal, financeira, econômica enfim para não ficar o dia inteiro enumerando, é preciso uma reforma política urgente, para buscar entre outras coisas importantes a compatibilização da arrecadação tributária entre as três esferas da administração pública (federal, estadual e municipal), em consonância com a definição das respectivas atribuições e competências. E, também, a imposição de normas rígidas a serem seguidas pelos

respectivos governos em relação ao equilíbrio entre receitas e despesas, assim como o combate punitivo e fiscalizador sobre a evasão, a elisão e a sonegação de impostos.

Os Anos dos Impostos

Dois advogados tributaristas, Ricardo Fernandes Pereira e Fabiane Matarazzo, a pedido da revista Exame, realizaram recentemente (Abril/2005), uma pesquisa que se constatou que o país já conta com pelo menos 97 impostos, contribuições e taxas. Além disso, a pesquisa detectou a origem histórica dos tributos. Nos anos 40 um tributo era criado a cada 2 anos, nos anos 50 a cada 5 anos, anos 60 a cada ano, nos anos 70 a cada 3 anos e aí começou a ter uma velocidade espantosa, a cada 5 meses nos anos 80, a cada 6 meses nos anos 90 e desde 2000 um tributo é criado a cada 4 meses, o que pode ser visualizado no Gráfico 2.[3]



Fonte: Receita Federal, 2005.

Gráfico 2. Evolução da Carga Tributária

Em 1947, o governo arrecadava o equivalente a 14% do PIB. Desde então, com poucas exceções em alguns anos, a carga tributária não parou mais de crescer, especialmente no período do Real. Hoje a taxa ultrapassa a marca de 36% do PIB, recorde absoluto entre os países emergentes.

Reforma Política

Lamentavelmente, está-se vendo mais uma vez o despropósito cambial, apesar de ser um "novo" governo, o mesmo jogo de empurra com relação às reformas necessárias para o avanço do país em seus mais variados setores. Principia-se novamente, pelas surradas reformas tributária e da previdência, postergando-se a mais importante e o verdadeiro carro chefe de todo o contexto de reformas necessárias: a reforma política. Não interessa à maioria da classe política

brasileira, tocar neste caso crônico. Não lhes interessa a implantação da fidelidade partidária, a criação do fundo de financiamento das campanhas, a diminuição dessa imensidão de legendas partidárias existentes, que se constituem na maioria em legendas de aluguel, verdadeiras moedas de troca em épocas eleitorais. Preferem antes, arrochar ainda mais os pobres dos aposentados, ou diminuir os impostos de banqueiros e empresários de grande porte. Tudo isso numa velocidade espantosa, que deixa a sociedade perplexa. Nada é pensado com exatidão. Nada é discutido com aqueles que serão atingidos pela pior parte dessas medidas: a perda de ganhos num país totalmente sem mercados de trabalho e beirando o caos social.

É certo que determinada minoria auferirá aposentadorias suntuosas. Mas o governo tem que gerir sua administração voltada sempre para a maioria. Como cabem aqui, algumas perguntas básicas:

- 1) O governo já saldou com o INSS as verbas dele retiradas para a construção da Transamazônica?
- 2) O governo já saldou com o INSS as verbas retiradas para a construção da Ponte Rio-Niterói?
- 3) O governo já saldou com o INSS as verbas retiradas para a construção da Usina de Itaipu?
- 4) O governo tem recolhido religiosamente a sua parte como empregador junto ao INSS?

Se não o fez ou não o faz, não tem como culpar o funcionalismo público, e a ele atribuir responsabilidades relacionadas com o estado pré-falimentar da previdência social. Permite-se legislações que favoreçam uma pequena minoria, que ao se aposentar passa a auferir aposentadorias dignas de um marajá, deveria antes defenestrar tais legislações. Porque não o faz? Não é um governo no qual o povo depositou sua confiança no sentido de efetuar as mudanças necessárias para corrigir desvios e concretizar uma verdadeira justiça social? Para isso, precisa-se acima de tudo, como objeto prioritário de verdadeiras e reais mudanças para a sociedade, que se concretize a reforma política, criando-se o estatuto da fidelidade, o financiamento público das campanhas para colocar um fim na corrupção eleitoral, a eliminação das legendas de aluguel para propiciar o surgimento de partidos realmente fortes, com ação política definida, programas de qualidade, além dos acertos necessários, que levem a uma real representação política de cada Estado. Não se entende como um Estado pequeno, para exemplificar, com pouco mais de 350 mil eleitores, ter o mesmo peso eleitoral que o Estado de São Paulo, com mais de 30 milhões de eleitores.

Mas precisa muita coragem para mexer neste vespeiro. Resta saber se o atual governo a possui, ou veio apenas para ser mais um governo como

os anteriores que desgraçaram este país. O tempo o dirá.[4]

Reformas Tributária e Fiscal

A questão que se coloca é a seguinte: por quanto tempo ainda o setor produtivo, os assalariados e a sociedade podem bancar esse arrocho fiscal, sem agravar os atuais indicadores sociais, e sem comprometer a capacidade de competição dos produtos brasileiros nos mercados interno e externo, vis a vis nossos concorrentes globalizados? Mais do que isso: com o atual nível de carga tributária, é impossível elevar a participação da poupança interna no financiamento da produção e gerar enormes superávits comerciais para equilibrar as contas nacionais. Dessa forma, o País terá de recorrer e depender do ingresso de capital de risco de fora. Em outras palavras, se nada for feito, essa situação tende a fugir do controle. E as autoridades econômicas sabem disso.

Deve-se fazer alguma coisa rapidamente como medida de emergência, até que se chegue às reformas fiscal e tributária, a diminuição da carga de impostos para 30% do PIB, sem perda de receita para o governo. A diferença de 5,7% do PIB seria coberta pelo aumento do número de contribuintes (pessoas jurídicas e físicas), sem elevação de alíquotas.

Tal proposta está longe de ser a solução ideal, mas, pelo menos, é um atalho fiscal socialmente mais justo. Todos (governo, empresariado e sociedade) ganhariam com isso e talvez o País crescesse uns 3% ou mais neste e no próximo ano até chegarmos à definição das reformas tributária e fiscal consensuais.[5]

E as Expectativas Futuras?

Estudo divulgado recentemente pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) aponta que a carga tributária no País passou de 40,01% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no primeiro trimestre de 2004 para 41,60% nos primeiros três meses de 2005. De acordo com o IBPT, o percentual foi obtido por meio da somatória da arrecadação de todos os tributos federais, estaduais e municipais, além de levar em conta os números anunciados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o desempenho da economia nacional.

No levantamento do IBPT, nota-se também o aumento anual da participação dos impostos do PIB nos primeiros trimestres desde 2000. De acordo com a comparação, os tributos fecharam os três meses iniciais daquele ano com 36,74% do PIB; passaram para 38,02% em 2001; 38,38% em

2002; e 38,95% em 2003; para depois romper a barreira dos 40% no período compreendido de janeiro a março dos últimos dois anos.[6]

Conclusão

Na situação em que se encontra, a tendência da carga tributária é de aumento, pois é com a velocidade de criação de tributos que este governo se utiliza e que também o governo anterior se utilizava para aumentar as receitas do Estado, infelizmente sem pensar no contribuinte, seja pessoa física ou jurídica.

Não é por esse caminho, como mostra o paradoxo de Laffer, é com o pensamento na diminuição de alíquotas e de número de tributos que se vai conseguir um aumento na arrecadação do Governo sem onerar ainda mais o contribuinte brasileiro.

Na era da informação, todos os contribuintes brasileiros são obrigados a declarar o IR, mesmo os que tem somente o CPF por uma questão de documento (isentos), assim sendo está mais fácil o controle da Receita Federal sobre CPFs "laranjas". Se já tem uma informática tão avançada no setor bancário, não seria difícil para o Governo agir de maneira mais eficaz no combate à sonegação.

A CPMF é um exemplo de imposto limpo, longe de ser ideal, é barato e toda sua arrecadação vai para os cofres federais, pois, contribuição não é dividida com as outras esferas municipal e estadual.

As reformas precisam ser implementadas em conjunto se a reforma política inibir o que há de "podre" na atual política brasileira, as outras virão com mais sensatez e responsabilidade o que levará o país a ter uma carga tributária mais justa e enxuta, porém com muita receita.

As autoridades devem sempre pensar como o paradoxo de Laffer, é preciso mais gente contribuindo para aumentar as receitas e não utilizar a criação de impostos ou aumento de alíquotas.

Mas como ter esperança em um país que não para de aumentar seus tributos gerando dificuldades para os empresários investirem na produção e como foi visto ultrapassou a barreira dos 40%. É evidente que a pesquisa do IBPT, se utiliza de cálculos diferentes da Receita Federal, mas não deve estar muito distante da realidade.

Com os escândalos acontecendo, as incertezas nas políticas de juros, câmbio, previdência, greves que se iniciam, a credibilidade do país para os investidores estrangeiros está baixa apesar de lermos notícias do FMI elogiando a economia nacional.

Isto tudo sem contar com o pífio retorno que o governo faz com o dinheiro que arrecada e que na maioria das vezes são gastos de forma

inconseqüente e irresponsável porque não tem um sistema rígido de punição. Deixando de lado os verdadeiros locais a que se deviam destinar os recursos.

Referências Bibliográficas

[1] Brum, Argemiro J. Desenvolvimento Econômico Brasileiro. Petrópolis: Vozes, 2003. 571 p.

[1] Leite, José Alfredo Américo. Macroeconomia, Teoria, Modelos e Instrumentos de Política Econômica. 2ª Edição. São Paulo: Atlas S.A., 2000. 696 p.

[3] Revista “Exame”. São Paulo. Editora Abril, edição 840, nº. 7, 13 de Abril de 2005.

[5] www.bethynha.com.br/ acesso 04/06/2005.

[5] www.empresario.com.br/ acesso 04/06/2005.

[5] www.estadao.com.br/ acesso 06/06/2005.